

Quem Governa Portugal? Um retrato inédito dos ministros da democracia

Quem são os ministros portugueses? São sobretudo políticos de carreira ou especialistas nas áreas que governam? Quais os seus perfis políticos e profissionais e como são recrutados? Estes são alguns dos pontos de partida do estudo **“Quem Governa Portugal? Perfis ministeriais em perspetiva comparada”**, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que **analisa os perfis de todos os ministros portugueses desde 1976 até 2025** e compara o caso português com a elite ministerial de outras democracias do sul da Europa, como Espanha, Itália e Grécia. **Coordenado por Marcelo Camerlo e António Costa Pinto**, o estudo cruza informação sobre formação académica, experiência política, percurso profissional e competências de gestão e mostra como evoluiu o recrutamento ministerial ao longo de quase cinco décadas de democracia e o que essa evolução revela sobre o funcionamento do sistema político. Estas são algumas das principais conclusões:

- **O perfil dominante no Governo combina experiência política e competência técnica.** Portugal desenvolveu um modelo de recrutamento híbrido, em que capital político e competência técnica coexistem. **O perfil mais frequente é hoje o do político-especialista, que representa mais de 38% dos ministros** e que combina experiência política relevante com conhecimento técnico da área governativa. **Portugal tem a maior percentagem de peritos (31%) entre os países do sul da Europa**, revelando uma valorização da especialização técnica superior à observada em Espanha, Itália ou Grécia. A elite ministerial portuguesa é também altamente qualificada: **98,4% dos ministros têm formação superior, ainda que em cerca de 40% dos casos não seja diretamente associada à pasta que ocupam**. Cerca de 78% apresentam, no entanto, experiência profissional relacionada com a pasta que assumem.
- **Tecnocratização controlada: os partidos continuam a decidir quem chega ao Governo, mas recrutam cada vez mais especialistas.** O reforço da competência técnica não significou uma perda de influência dos partidos na composição dos Governos. **Entre os ministros filiados, cerca de 70% ocupavam cargos dirigentes** nos respetivos partidos. **Apesar de 36% dos ministros serem formalmente independentes, 40% destes são "semi-independentes"**, ou seja, sem filiação, mas com ligações informais a partidos. O estudo descreve este modelo como um "tecnocratismo endógeno", em que os partidos mantêm o controlo do recrutamento enquanto integram especialistas politicamente próximos.
- **O perfil dos ministros adapta-se ao contexto político.** O estudo mostra que **os governos liderados pelo PS tendem a integrar mais peritos, enquanto os executivos do PSD privilegiam perfis político-especialistas**, refletindo diferentes estratégias de recrutamento ministerial. A composição dos governos varia também em função do contexto político: **governos de coligação e majoritários tendem a recrutar mais perfis políticos**,

enquanto governos minoritários recorrem mais frequentemente a peritos e independentes. **Nas legislaturas mais recentes, dos governos de António Costa e de Luís Montenegro, a tendência confirma-se: os especialistas ganharam espaço nos executivos, mas continuam a ser maioritariamente recrutados sob a esfera de influência dos partidos.** Este padrão insere-se numa evolução mais ampla do recrutamento ministerial, marcada pelo reforço da profissionalização da elite política nacional com a consolidação democrática, a par da manutenção de um segmento relevante de ministros com perfis técnicos e independentes.

- **Mulheres chegam ao Governo com maior exigência técnica.** O estudo identifica diferenças relevantes entre homens e mulheres no acesso aos cargos ministeriais. **Entre as ministras predominam os perfis político-especialista e perito, que representam mais de três quartos dos casos (78%),** face a 62% entre os ministros. Segundo os autores, este padrão sugere que a especialização técnica funciona como um requisito adicional para o acesso das mulheres ao Governo, num contexto político ainda maioritariamente masculino.
- **Os ministros com maior especialização permanecem mais tempo em funções.** Os **peritos e político-especialistas permanecem, em média, mais tempo em funções** e apresentam maior probabilidade de completar os respetivos mandatos. Já os **perfis exclusivamente políticos registam maior rotatividade** e maior exposição a conflitos partidários, sugerindo que a composição dos governos pode influenciar a estabilidade governativa.
- **Quatro países, quatro formas de escolher ministros.** Enquanto Espanha apresenta um modelo semelhante ao português, mas com mais perfis políticos, Itália um padrão mais volátil e a Grécia um recrutamento fortemente partidarizado, **Portugal desenvolveu um modelo próprio de recrutamento ministerial** e surge como um caso intermédio: com **mais perfis técnicos do que Espanha, menos politizado do que a Grécia, mais estável e seletivo do que Itália, e com uma tecnocratização integrada, não episódica.** A comparação mostra que Portugal conseguiu institucionalizar um modelo de recrutamento que combina continuidade partidária e especialização técnica de forma mais consistente do que os restantes países analisados.

Reunindo informação inédita sobre todos os ministros da democracia portuguesa, o estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos oferece um novo olhar sobre as elites governativas e mostra que compreender quem chega ao Governo é também compreender a evolução da democracia portuguesa. Ao revelar como mudaram os critérios de recrutamento ao longo de quase cinco décadas, a investigação ajuda a explicar de que forma Portugal procurou responder aos desafios da governação, conciliando experiência política, especialização técnica e capacidade de adaptação.

Para mais informações e contactos de media:

Manuel Louro | manuel.louro@kreab.com | 91 888 11 24